

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ELIANE APARECIDA NOGUEIRA**

**A VISÃO DE GESTORES MUNICIPAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA  
DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

**IVAIPORÃ  
2015**

**ELIANE APARECIDA NOGUEIRA**

**A VISÃO DE GESTORES MUNICIPAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA  
DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à UEM - Universidade  
Estadual de Maringá - como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Eduard Angelo  
Bendrath

**IVAIPORÃ**

2015

ELIANE APARECIDA NOGUEIRA

A VISÃO DE GESTORES MUNICIPAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA  
DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à UEM - Universidade  
Estadual de Maringá - como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Eduard Angelo  
Bendrath

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

PROF. DR. EDUARD ANGELO BENDRATH  
Universidade Estadual de Maringá - UEM  
Orientador

---

PROF. DR. MARCOS VINICIUS FRANCISCO  
Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

---

PROF<sup>a</sup>. MS. ANDRÉIA PAULA BASEI  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

18 de Fevereiro de 2016

IVAIPORÃ

## DEDICATÓRIA

O presente trabalho é dedicado primeiramente a Deus, pois sem Ele, nada disso seria possível, não existiria em mim motivação e coragem para enfrentar os desafios que nos são impostos a cada dia. Dedico este trabalho também a minha família, que é o meu alicerce e meu porto seguro. Se hoje estou concluindo este curso, é graças ao incentivo e auxílio total de meus pais, que buscam sempre estar presentes em todas as etapas da minha vida, e que deram o sangue e suor para dar às suas filhas a melhor educação e mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, nunca deixaram de ter o sorriso no rosto e o brilho no olhar. Dedico ainda este trabalho ao meu orientador, que me mostrou por quais caminhos seguir para a elaboração do mesmo, me incentivando sempre a dedicar-me cada vez mais a esta pesquisa. Dedico este trabalho a pessoa que esteve ao meu lado nos bons e nos maus momentos e que esteve pronta para me ajudar sempre que necessário. Enfim, dedico esta pesquisa a todos que se fizeram presentes nesta caminhada de quatro anos do curso, e principalmente aos que me incentivaram a buscar sempre os melhores resultados em cada tarefa que eu realizar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que é o responsável por tudo o que ocorre em nossas vidas, pois só Ele é o caminho e é Nele que devemos confiar. Agradeço também a minha família, que me proporcionou condições para a realização de mais um sonho, a conclusão de mais uma etapa da minha vida. Faço agradecimentos também ao meu orientador e todo o corpo docente do curso de Educação Física da Universidade, que são os responsáveis por estarmos concluindo esta graduação com plena consciência de que estamos preparados e seguros para enfrentar o mercado de trabalho com o devido conhecimento e criticidade necessária. Agradeço também a banca avaliadora, que se disponibilizou a ler atentamente o trabalho aqui exposto e comparecer neste dia, trazendo suas devidas contribuições e que serão sempre bem aceitas. Agradeço, ainda, aos sujeitos entrevistados na presente pesquisa, que aceitaram participar da mesma, expondo seus conhecimentos e pontos de vista, que foram essenciais para o andamento do trabalho. E finalmente, agradeço a todos que de certa forma contribuíram para a realização do presente trabalho, e de maneira geral, para a conclusão desta graduação.

*“A educação para todos não é viabilizada por decreto, resolução, portaria ou similar, ou seja, não se efetiva tão somente por meio de prescrição de atividades de ensino ou de estabelecimento de parâmetros ou diretrizes curriculares: a educação de qualidade social é conquista e, como conquista da sociedade brasileira, é manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos.”*

(Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013)

NOGUEIRA, Eliane Aparecida. **A visão de gestores municipais sobre a importância dos professores de educação física na educação infantil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.

## RESUMO

Ao se analisar a educação física na educação infantil, nota-se a grande importância que ela exerce no modo de aprendizagem da criança, já que esta se apropria do movimento para se relacionar com o meio. Algumas leis trazem configurações a respeito da educação física para a primeira etapa da educação básica, entretanto, é necessário que haja uma equidade entre o direito estabelecido e a prática exercida, pois algumas instituições de ensino bem como alguns municípios, não cumprem com a obrigatoriedade da implantação da educação física no currículo escolar, bem como a contratação destes professores. Devido a essa dicotomia existente entre legislação e prática educacional, objetivou-se nesta pesquisa, identificar por meio da fala dos gestores municipais de educação, quais as políticas públicas e a relevância sobre a contratação de professores para a Educação Física na Educação Infantil. Deste modo, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, com a realização de uma entrevista semiestruturada com os gestores educacionais das cidades de Jardim Alegre e Ivaiporã - PR, de modo a obter informações sobre a visão dos mesmos quanto à importância conferida aos professores de educação física na educação infantil, utilizando-se da pesquisa documental para a análise sobre os documentos dos municípios. A partir da entrevista, os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo, sendo criadas cinco categorias a *posteriori*, a fim de abordarem os objetivos do trabalho. Por meio desta pesquisa, constatou-se que a importância do trabalho do professor de educação física, de acordo com a interpretação da fala dos gestores, é colocada em segundo plano, pois, conforme os mesmos, existem outras questões a serem ajustadas para a melhoria do ensino, e, além disso, estas ações já são de certa forma executadas por outros profissionais e parceiros dos municípios. Contudo, foi possível observar que os gestores pesquisados mesmo possuindo pouco conhecimento acerca do papel dos professores de educação física, ambos compreendem que ele é de grande importância para o desenvolvimento da criança na educação infantil, entretanto, a legislação então vigente ainda não é colocada em prática por meio das ações de ambos os municípios.

**Palavras-chave:** Educação Física. Educação Infantil. Gestores Educacionais.

NOGUEIRA, Eliane Aparecida. **The vision of municipal managers on the importance of physical education teachers in early childhood education.** Completion of course work (Graduation in physical education) – State University of Maringá – UEM, 2016.

### **ABSTRACT**

When analyzing physical education in kindergarten, note the great importance it has on children's learning mode, since it appropriates the movement to relate to the environment. Some laws bring settings on the physical education for the first stage of basic education, however, there needs to be an equity between the established law and exercised practice because some educational institutions as well as some municipalities do not comply with the mandatory implementation of physical education in the school curriculum and the hiring of these teachers. Because of this dichotomy between legislation and educational practice, the aim in this research, identify through speech of municipal managers of education, which public policies and the importance of hiring teachers for Physical Education in Early Childhood Education. Thus, a qualitative study of descriptive character was carried out, with the completion of a semi-structured interview with the educational managers of the cities of Jardim Alegre and Ivaiporã - PR, in order to obtain information about the vision of the same on the importance given to teachers physical education in early childhood education, using documentary research for the analysis of the documents of the municipalities. From the interview, the collected data were analyzed using content analysis being created subsequent five categories in order to address the objectives of the work. Through this research, it was found that the importance of physical education teacher's job, according to the interpretation of speech of the managers, in the background is placed, because, as the same, there are other issues to be adjusted to improve teaching, and furthermore, these actions are already somewhat performed by professionals and other partners of municipalities. However, it was observed that the managers surveyed despite having little knowledge about the role of physical education teachers, both understand that it is of great importance for the development of children in early childhood education, however, the then current legislation is not put in practice by the actions of both municipalities.

**Key-words:** Physical Education. Childhood Education. Education Managers.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 -</b>	Entendimento acerca do papel da Educação Física.....	40
<b>Quadro 2 -</b>	Participação do poder público na inserção do professor de educação física na educação infantil do município .....	45
<b>Quadro 3 -</b>	Papel das parcerias do município na área .....	48
<b>Quadro 4 -</b>	Formação continuada ou formação inicial?.....	51
<b>Quadro 5 -</b>	Papel do pedagogo no desenvolvimento motor da criança .....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAQ – Custo Aluno Qualidade.

CEMEIs – Centros Municipais de Educação Infantil.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CONAE – Conferência Nacional de Educação.

CONEP – Conselho Nacional de Saúde.

CONFEF – Conselho Federal de Educação Física.

COPEP – Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

CREF – Conselho Regional de Educação Física.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FNE – Fórum Nacional de Educação.

IES – Instituições de Ensino Superior.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

PIB – Produto Interno Bruto.

PME – Plano Municipal de Educação.

PNE – Plano Nacional de Educação.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

SESC – Serviço Social do Comércio.

UEM – Universidade Estadual de Maringá.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1.JUSTIFICATIVA.....	14
1.2.PROBLEMA DE PESQUISA .....	15
1.3.OBJETIVOS .....	15
1.3.1. Objetivo Geral.....	15
1.3.2. Objetivos Específicos .....	15
<b>2.REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	16
2.1.A EDUCAÇÃO INFANTIL E A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR .....	16
2.2.O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES .....	22
2.3.POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DOS GESTORES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.....	27
<b>3.MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	34
3.1 TIPO DO ESTUDO .....	34
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA .....	35
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	35
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	37
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56
<b>APÊNDICES</b> .....	62
APÊNDICE A Roteiro de Entrevista (semiestruturada) .....	63
APÊNDICE B Termo de consentimento livre e esclarecido.....	65
APÊNDICE C Autorização para os Departamentos de Educação das cidades de Jardim Alegre e Ivaiporã. ....	67

## 1. INTRODUÇÃO

A educação infantil vem sendo pensada desde muito tempo atrás, e no intuito de garanti-la como um direito foram elaboradas algumas legislações, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), este último traz em si questões acerca de conteúdos, objetivos e orientações didáticas escolares, além de contribuições para o aperfeiçoamento e qualificação dos profissionais de educação. Estas leis visam assegurar o processo de ensino-aprendizagem do aluno, estabelecendo para isso algumas reflexões e proposições acerca de conteúdos, profissionais e orientações sobre a educação (BRASIL, 1996, BRASIL, 1998, BRASIL, 2013).

Os mesmos documentos também propõem a intencionalidade de desenvolvimento integral do aluno, onde expõem além de outros aspectos, considerações referentes à cultura corporal de movimento como conteúdo a ser ensinado na educação básica, abrangendo deste modo a etapa referente à educação infantil.

Contudo, ao se observar a prática educacional em algumas instituições de educação infantil, percebe-se que há falha quanto ao trabalho sobre os aspectos cognitivos, motor e afetivo-social, o que prejudica o desenvolvimento integral do aluno, principalmente quando se refere a elementos pertinentes à cultura corporal de movimento, o que pode influenciar negativamente no desenvolvimento global do indivíduo (GALLAHUE, OZMUN, 2005; KISHIMOTO, 2001; SIMÃO, 2005). Muitas vezes isso se deve à falta de professores de educação física nesta etapa da educação básica, bem como sua devida formação profissional que não atende a todas as demandas educacionais, devido a inadequação dos currículos de formação, assim como a falta de trabalho em parcerias entre os profissionais da educação (MACEDO, 2007; AYOUB, 2001).

Devido a isso, volta-se a atenção para o gerenciamento das ações do Estado e dos municípios sobre a educação infantil, em específico à educação física, já que, segundo Cury (2006), é função do gestor assegurar a efetivação dos direitos previstos em lei, em específico os referentes à educação, no âmbito de suas atribuições.

Por meio destas reflexões, busca-se compreender qual a visão que os gestores educacionais dos municípios analisados apresentam sobre a perspectiva da contratação de professores de educação física para a educação infantil, e qual a sua importância declarada, objetivando assim, analisar quais as políticas referentes à atuação da educação infantil em relação à disciplina de educação física.

Deste modo, no primeiro capítulo serão abordadas questões acerca da educação física na educação infantil e sua importância nesta etapa de ensino. Posteriormente, será retratada a relevância sobre o trabalho do professor de educação física e sua formação profissional. Finalmente, no terceiro e último capítulo, será apresentando o papel dos gestores educacionais municipais referentes a questões políticas sobre a educação física na educação infantil.

## 1.1. JUSTIFICATIVA

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), a partir de sua nova reformulação, estabelece que a Educação Infantil deve prezar pelo desenvolvimento integral dos alunos até os cinco anos de idade, abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social dos mesmos (BRASIL, 1996).

Dentre os objetivos da Educação Infantil, expostos no Referencial Curricular Nacional, está o desenvolvimento das capacidades de ordem física “[...] apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, autoconhecimento, uso do corpo na expressão de emoção e deslocamento com segurança” (BRASIL, 1998, p. 48). Este objetivo nos remete à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a disciplina de Educação Física como componente curricular obrigatório na Educação Básica, que atualmente abrange a Educação Infantil.

Por meio desta contextualização, buscou-se averiguar como a disciplina de Educação Física é vista pelos gestores educacionais dos municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã, do interior do estado do Paraná, no âmbito da Educação Infantil, e a partir deste, tornou-se possível verificar como se dá o cumprimento da LBDEN então citada.

A partir deste estudo, pôde-se observar como as Secretarias de Educação dos municípios estão trabalhando em prol do cumprimento das leis que regem o âmbito educacional, se está sendo realizada a contratação dos professores de Educação Física para a rede municipal de ensino e como ocorre esta contratação.

O interesse por esta pesquisa surgiu de uma indagação acerca da presença do professor de educação física na educação infantil nas cidades de Jardim Alegre e Ivaiporã do interior do estado do Paraná. A escolha pelo município de Ivaiporã foi devido a este ser um centro de referência da microrregião do Vale do Ivaí, e ainda comportar um campus regional da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Já pelo município de Jardim Alegre, a escolha surgiu de uma curiosidade sobre as políticas na gestão educacional do município, no que se refere à contratação dos professores de educação física para a educação infantil.

A relevância da presente pesquisa para a área acadêmica está em se pensar a presença do professor de educação física atuando juntamente à faixa etária de zero a cinco anos, que corresponde ao período em que a criança está inserida na educação infantil, buscando compreender assim a importância do

trabalho deste profissional sobre o desenvolvimento da criança a nível global bem como a devida formação do mesmo e dos demais profissionais que atuam nesta etapa do ensino.

## 1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

As duas prefeituras do interior do Paraná, escolhidas para esse estudo, prezam pela contratação de profissionais de Educação Física para a Educação Infantil? Quais as concepções em relação às políticas na gestão educacional dos municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã para a Educação Física e sua inserção na Educação Infantil?

## 1.3. OBJETIVOS

### 1.3.1. Objetivo Geral

- Identificar as políticas e a relevância sobre o papel dos professores de Educação Física na Educação Infantil nos municípios pesquisados.

### 1.3.2. Objetivos Específicos

- Analisar a fala dos gestores educacionais dos municípios sobre a relevância declarada em relação à Educação Física na Educação Infantil;
- Compreender como se dá o processo de contratação docente para o componente curricular – educação física a partir da fala dos gestores;
- Identificar na organização interna do sistema educacional a presença ou não da Educação Física.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A educação infantil em nosso país foi marcada pela construção da identidade de creches e pré-escolas em meados do século XIX, com diferenciações quanto a classe social das crianças, em que para as classes mais pobres estas instituições caracterizavam-se como assistencialistas, de cuidado com o corpo, já para as classes socialmente privilegiadas, eram entendidas como um mecanismo de promoção intelectual (BRASIL, 2013).

Com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente iniciado em 1959, e instituído pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, ocorre um aumento dos movimentos sociais em prol da educação infantil, ao entendê-la como um direito de todas as crianças, independentemente de sua classe social. Em 1988, este direito é então assegurado pela Constituição, sendo definido como um dever do Estado (BRASIL, 2013).

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96), que estabelece as diretrizes para a educação nacional – e institui que a educação até os cinco anos de idade é parte integrante da educação básica como sua primeira etapa, sendo esta obrigatória a partir dos quatro anos (BRASIL, 1996). Esta lei sofreu modificações em 2013 – Lei nº 12.796/2013, em que então a educação infantil passa a atender crianças de zero a cinco anos – antes o atendimento era até os seis anos de idade (BRASIL, 2013). A LDBEN tem como propósito, em complemento à ação da família e comunidade, conforme seu artigo 29 que,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (p. 17).

Até a criação desta lei, o sistema educacional brasileiro possuía um padrão a ser seguido pelos estados e municípios, conforme orientações do

Ministério da Educação – MEC, entretanto, a partir a aprovação desta lei, os órgãos estatais e municipais ganharam mais autonomia no que diz respeito à educação (BRASIL, 2013).

Existem outros documentos que foram criados com o propósito de garantir melhores condições de desenvolvimento para a criança, tais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 1998, que traz em si reflexões sobre conteúdos, objetivos e orientações didáticas escolares, visando ainda contribuições para o aperfeiçoamento e qualificação dos profissionais de educação (BRASIL, 1998).

Outra lei que aborda a educação básica, e com isso, a educação infantil é a lei número 13.005/2014, sendo esta, o Plano Nacional de Educação – PNE. Esta lei é considerada articuladora do Sistema Nacional de Educação, sendo financiada pela previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB). De modo geral, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução (BRASIL, 2014).

De acordo com o exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, com a proposta de Emenda Constitucional no Congresso Nacional, a obrigatoriedade na Educação Básica é ampliada, reforçando, além disso, as exigências de novos marcos normativos para a Educação Infantil (BRASIL, 2013).

A Coordenadoria de Educação Infantil do MEC juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), articularam um processo nacional de estudos sobre o currículo da Educação Infantil, produzindo documentos que abordam reflexões e bases acerca de orientações curriculares para a Educação Infantil, que serviram de base para a elaboração de “Subsídios para as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica” de 2009 (BRASIL, 2013).

Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estas,

[...] orientam a formulação de políticas, incluindo a de formação de professores e demais profissionais da Educação, e também o planejamento, desenvolvimento e avaliação pelas unidades de seu Projeto Político-Pedagógico e servem para informar as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer (BRASIL, 2013, p. 83).

Em se tratando sobre a importância da Educação Infantil no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança, nota-se que, neste período, a criança se encontra em uma fase em que ocorrem significativas mudanças em seus aspectos social, físico, psicológico e biológico, responsáveis pela aquisição de futuros comportamentos e habilidades, e é neste momento que a ação do professor torna-se fundamental, pois é ele quem vai direcionar e atuar juntamente a essas mudanças (GOULART; ASSIS, 2011).

Conforme os mesmos autores, é por meio de situações, experiências, culturas e rotinas compartilhadas que a criança constitui sua identidade e subjetividade. E a educação infantil é facilitadora deste processo, no qual:

[...] a criança amplia os seus conhecimentos, desenvolve a experiência e a consciência da própria capacidade de aprender, o gosto pela investigação e pela descoberta, a própria capacidade de escolha, o espírito crítico, o pensamento, a expressão pessoal e grupal através das mais variadas formas [...] (*ibid.*, sp).

Ainda sob a perspectiva do desenvolvimento da criança, entendemos que a educação infantil deve proporcionar a esta:

[...] o maior número de experiências de movimento possível, onde elas possam adquirir formas de movimentar-se livremente, desenvolvendo sua própria relação com a cultura do movimento, experimentando os diferentes sentidos e significados do movimento, para, a partir de suas vivências, incorporá-las a seu mundo de vida (BASEI, 2008, p. 7).

Em se tratando da educação física na educação infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil traz em seus objetivos, questões a respeito do corpo e do movimento, sendo elas,

Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. [...] Brincar, expressando emoções, sentimento, pensamentos, desejos e necessidades. Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva [...] (BRASIL, 1998, p. 63).

Outro documento que aborda a educação física é a LDBEN (1996), que traz em seu artigo vinte e seis e parágrafo terceiro, que a educação física integrada

à proposta pedagógica como componente curricular obrigatório na educação básica, que por sua vez, abrange a educação infantil.

Conforme consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, a LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) entre outros, que estabelecem orientações que objetivam a criação de condições que propiciem o melhor desempenho das escolas, em concordância à ação de todos os sujeitos que a compõem, é indispensável considerar os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069/90), os quais asseguram à criança e ao adolescente de até 18 anos de idade:

[...] todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. São direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito mútuo, à liberdade, à convivência familiar e comunitária [...] (BRASIL, 2013, p. 17).

Exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, dentre algumas das experiências de aprendizagens apresentadas na proposta curricular, está a de que a criança

[...] deve ter possibilidade de fazer deslocamentos e movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição, envolver-se em explorações e brincadeiras com objetos e materiais diversificados que contemplem as particularidades das diferentes idades, as condições específicas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e as diversidades sociais, culturais, étnicoraciais e linguísticas das crianças, famílias e comunidade regional (BRASIL, 2013, p. 93).

Além disso, a Educação Infantil deve abranger em sua proposta curricular de modo a ampliar possibilidades de vivências e desenvolvimento para as crianças,

Atividades que desenvolvam expressão motora e modos de perceber seu próprio corpo, assim como as que lhe possibilitem construir, criar e desenhar usando diferentes materiais e técnicas, ampliar a sensibilidade da criança à música, à dança, à linguagem teatral [...] (BRASIL, 2013, p. 94).

Entretanto, ao se observar as práticas pedagógicas na educação infantil, é possível perceber que na maior parte do tempo são realizadas atividades voltadas apenas à apreensão de letras e números, e as práticas corporais com brinquedos e brincadeiras, que constituem a principal forma com que a criança se apropria do movimento ficam restritas apenas ao recreio (KISHIMOTO, 2001). O mesmo ocorre

com as atividades lúdicas, que são pouco exploradas como um modo de ensino-aprendizado na educação infantil (GOULART; ASSIS, 2011).

Outro aspecto presente quando se trabalha com o ensino-aprendizado da criança na educação infantil refere-se à utilização do jogo como um instrumento eficiente no processo de desenvolvimento da criança, principalmente em se tratando do jogo de papéis, em que segundo Magalhães; Mesquita (2014), este pode ser entendido como um momento importante no desenvolvimento da criança, no qual esta se insere na universalidade das conquistas humanas. De acordo com os mesmos autores, o jogo de papéis é uma atividade em que a criança assimila as relações sociais presentes nos diversos contextos que ela está inserida.

Os jogos de papéis sociais não dependem de uma forma escolarizada para promover o desenvolvimento psíquico, entretanto, por meio da mediação de um educador, este poderá alcançar níveis mais desenvolvidos, mais avançados, permitindo às crianças o desenvolvimento de valores e atitudes. Deste modo, “os jogos têm por si mesmos uma função no desenvolvimento e por isso devem ser inseridos como atividade pedagógica nas escolas” (MAGALHÃES; MESQUITA, 2014, p. 268).

Assim, é necessário levar em consideração que a criança se apropria do movimento como forma primordial de aprendizagem e de relação com os objetos e pessoas, ou seja, a criança “necessita agir para compreender e expressar os significados presentes no contexto histórico-cultural em que se encontra” (GARANHANI, 2001/2002, p. 109).

E a educação física é considerada fundamental para este processo de aprendizagem na educação infantil, pois conforme Ayoub (2001, p. 57), esta pode “configurar-se como um espaço em que a criança brinque com a linguagem corporal, com o corpo, com o movimento, alfabetizando-se nessa linguagem”. Ou seja, ao brincar com a linguagem corporal, a criança acaba criando situações que a possibilita entrar em contato com diferentes manifestações da cultura corporal, principalmente àquelas que, de acordo com a autora, estão relacionadas “aos jogos e brincadeiras, às ginásticas, às danças e às atividades circenses, sempre tendo em vista a dimensão lúdica como elemento essencial para a ação educativa na infância” (p. 57).

Movimento e expressão/linguagem corporal são entendidos como elementos formadores do patrimônio da humanidade, sendo assim,

[...] os fenômenos da cultura que se expressam a nível corporal, bem como a ampliação, a vivência e a criação das culturas infantis de movimento, constituem a especificidade da contribuição da Educação Física na Educação Infantil (SIMÃO, 2005, s.p).

A falta de diferentes práticas motoras, principalmente na infância, acarreta em dificuldades de aquisição de padrões motores maduros. Com isso, Simão (2005) expõe que a educação física na educação infantil possibilita um melhor desenvolvimento no aspecto psicomotor da criança, auxiliando nos processos cognitivos do indivíduo, daí a importância da educação física nesta etapa da educação.

A educação física é parte integrante da cultura humana, e é responsável por sistematizar e organizar os conhecimentos referentes à cultura de movimento, à qual se integram os jogos, a dança, a ginástica e o esporte, e como componente curricular, possui a função de disseminar estes conhecimentos (FERRAZ, MACEDO, 2001).

Embora os termos “cultura corporal”, “cultura de movimento” e “cultura corporal de movimento” apareçam em vários discursos presentes na literatura, a estes são atribuídas distintas intencionalidades e consequências pedagógicas (BRACHT, 1999). Entretanto, no presente estudo não se busca adotar um ou outro termo, e sim a apresentar a importância desta temática da educação física sobre o desenvolvimento da criança na educação infantil.

A educação física na educação infantil, conforme Go Tani (1987), exerce grande influência sobre as habilidades e potencialidades motoras das crianças. E a falta de oportunidades para o desenvolvimento psicomotor, a falta de motivação e de orientação adequada, o ambiente em que a criança se insere são fatores que exercem influência sobre desenvolvimento do indivíduo. Porém, quando identificados estes fatores, e definida uma estratégia de ação, a educação física poderá agir, favorecendo ao máximo o desenvolvimento motor e consequentemente o desenvolvimento global da criança.

Neste sentido, Gallahue e Ozmun (2005) ressaltam a importância do trabalho sobre os aspectos cognitivos, motor e afetivo-social para o desenvolvimento integral do indivíduo. E que a fase de aquisição dos movimentos fundamentais (andar, correr, saltar, arremessar, entre outros) encontra-se especialmente no período da pré-escola, e constituem a base de toda aquisição motora posterior. Ou seja, sem a devida aprendizagem destes padrões motores, torna-se mais

complicada a apreensão de movimentos especializados, como a prática de uma modalidade esportiva, por exemplo.

A preocupação em se trabalhar o desenvolvimento motor não está apenas voltado ao âmbito biológico do indivíduo, uma vez que ele exerce influência sobre os aspectos sociais e culturais, além do cognitivo, podendo ser notado durante o desenvolvimento da criança, que ocorre primordialmente por meio de experiências sensoriais (GO TANI, 1987). Ele afirma isso ao alegar que,

O movimento se relaciona com o desenvolvimento cognitivo no sentido de que a integração das sensações, provenientes de movimentos, resulta na percepção e toda a aprendizagem simbólica posterior depende destas percepções em forma de estruturas cognitivas (p. 25).

Porém, para que este desenvolvimento seja completo e eficaz, deve-se considerar a importância do professor de educação física no processo de aprendizagem da criança, uma vez que este irá direcionar a exploração dos movimentos fundamentais de acordo com o nível de desenvolvimento do aluno (PANSERA, *et al*, 2008).

Deste modo, é de suma importância a compreensão acerca do trabalho realizado pelos profissionais que atuam no processo de aprendizagem da criança, o qual envolve o professor de educação física, de maneira que a presença destes profissionais possa garantir o melhor desenvolvimento do aluno, ou seja, o seu desenvolvimento integral.

## 2.2. O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES

Ao se analisar a presença da educação física na educação infantil, é importante observar as várias relações estabelecidas entre a criança e seu universo, ao qual se encontra a família, a comunidade, a escola, e entre estes, o professor de educação física (FARIAS, *et al*, 2007). Sendo a presença deste na educação infantil o foco deste tópico.

Segundo Marante e Santos (2008), para que uma disciplina possa se garantir como componente curricular obrigatório é necessário que esta possua

conhecimentos que, se não forem ensinados por ela, outra não poderá ensiná-lo. Ou seja, se o professor de educação física não trabalhar com conhecimentos relacionados à cultura de movimento, o indivíduo não terá contato com este em outra disciplina.

Pensando no trabalho do pedagogo para com a educação infantil, do ponto de vista de sua formação, este possui conhecimentos fundamentados nas diferentes ciências e campos de saberes que permeiam o campo da pedagogia, em que, conforme as diretrizes curriculares nacionais da pedagogia, a organização curricular dos cursos de pedagogia é fundamentada, entre outros, nos princípios da interdisciplinaridade e contextualização (AGUIAR, *et al*, 2006).

A partir disso, são definidos núcleos que definem as estruturas dos cursos de pedagogia, sendo estes separados em uma parte diversificada e outra de aprofundamento, em que

A primeira compreende os conteúdos relativos ao contexto histórico e sociocultural, ao contexto da educação básica e do exercício profissional em âmbitos escolares e não-escolares. A segunda parte pode ocorrer pelo aprofundamento de conteúdos da própria formação básica ou pelo oferecimento de conteúdos voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico da IES, respeitado o princípio da flexibilização curricular (BARBOSA, 2003, p.180).

Entretanto, a presença do professor de educação física atuando juntamente com os alunos na educação infantil, pode proporcionar aos mesmos a possibilidade de se atingir o desenvolvimento integral, pois, este profissional possui o conhecimento sobre as atividades a serem realizadas em conformidade com o desenvolvimento do aluno, possuindo para isso, formação específica nesta área e conhecimento sobre a cultura corporal de movimento.

Contudo, visualiza-se no campo da educação física uma falta de ciência do próprio professor da área, que por algum motivo não se apropria de conhecimentos pertinentes à própria metodologia aplicada em suas aulas, ou mesmo não se utiliza dos vários mecanismos disponíveis atualmente para melhor formação e aprofundamento sobre os conhecimentos na área (LOPES, 2012).

Farias *et al* (2007) também apontam falha quanto aos objetivos do professor de educação física na educação infantil que não se fazem entender, ou seja, os próprios profissionais de educação física não deixam claro qual a real intencionalidade de seu trabalho para a educação infantil.

Esta falha em relação aos objetivos nos remete a um pensamento sobre a questão da formação destes professores, instigando-nos a refletir se estes são realmente capacitados para exercerem tal função. Sobre isso, a LDBEN, de 1996, traz em seu capítulo quinto, artigo 62 que,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal (BRASIL, 1996, p. 26).

No que se refere à formação do professor para atuar na educação infantil, o Plano Nacional de Educação aponta em suas estratégias, a promoção da formação inicial e continuada para estes profissionais, estimulando assim o atendimento cada vez maior de profissionais com formação superior. Além disso, visa articular cursos de formação, pós-graduação e núcleos de pesquisa de profissionais da educação, de modo a promover a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incluam as inovações quanto ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais (BRASIL, 2014).

Ainda de acordo com o PNE, uma das metas apresentadas se refere à política de formação dos profissionais da educação, em que, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assegura-se que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, esta, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, sendo a estratégia apresentada para se atingir esta meta.

[...] implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício (BRASIL, 2014, p. 80).

Entretanto, em diversas instituições de educação infantil, os profissionais responsáveis pelo ensino da educação física não possuem esta formação. E mesmo quando há formação específica, nota-se que na maioria das pesquisas realizadas neste âmbito, os resultados apontam para uma deficiência quanto à formação de maneira crítica destes profissionais, que, depois de formados não buscam novas fontes de conhecimento, isso devido a pensarem a teoria como insuficiente para a realização da prática (DARIDO, 2003).

Conforme Aquino (2008/2009), a formação do profissional da educação é fator preponderante para o estabelecimento de uma educação de qualidade. Contudo, se esta formação ocorre de certo modo deficitária, o que torna a atuação deste profissional um tanto quanto questionável, pois, conforme Ayoub (2001), quando há a presença de professores de educação física na educação infantil, estes acabam atuando [...] predominantemente, como meros “aplicadores de joguinhos” que têm como função primordial “divertir” as crianças (p. 58, grifos da autora).

Isso acaba fornecendo fomento para que ocorra uma visão dicotômica entre o trabalho com intelecto e o corpo, onde o professor de educação física é o responsável pelo trabalho com o corpo e o pedagogo responsável pelo intelecto. Esta visão nos remete a uma ideia errônea de que se é possível trabalhar corpo e mente de maneira dissociada (AYOUB, 2001). A autora salienta que, para que se obtenha uma educação de qualidade para as crianças, é necessário o desenvolvimento de trabalhos em parcerias, entre professores de educação física e unidocentes/pedagogos, rompendo com a hierarquização então presente no ensino, onde o intelecto sobrepõe o motor.

Para que este trabalho em parceria seja desenvolvido, é necessário que se rompa com a então visão tida sobre o professor de educação física, onde este assume papel de auxiliador. Ele deve ser visto como agente mediador de conhecimento, porém, esse reconhecimento deve partir do próprio profissional de educação física, pois conforme afirmam Farias *et al* (2007) “[...] se este profissional com formação específica não se colocar no papel de educador, passa a ser reduzido ao papel de mero ouvinte ou acompanhante da criança” (p. 92).

Ou seja,

[...] torna-se imprescindível que o professor/a de Educação Física assuma seu lugar na Instituição de Educação Infantil enquanto **conhecedor da cultura corporal de movimento**. Sendo um agente mediador no processo de aquisição do conhecimento que se dá nas vivências, práticas corporais, culturais e sociais das crianças no espaço educativo (FARIAS, *et al*, 2007, p. 95, grifo nosso).

O professor de educação física é um especialista no trabalho sobre o movimento humano e grande conhecedor da cultura corporal de movimento humano, sendo ele o responsável por mediar as relações das crianças com as diversas situações presentes na realização de uma brincadeira, por exemplo. Podemos entender que é por meio das brincadeiras que as crianças se relacionam com o

mundo, e é “nas observações das crianças brincando, é que vamos encontrar o movimento, e principalmente, a maneira como a criança “se movimenta”, onde o mais importante é o fato de ela fazer o movimento, e não o movimento por si só” (FARIAS, *et al*, 2007, p. 95). A mesma autora expõe que a mediação e a ampliação do conhecimento e experiências preexistentes nas crianças que dá sentido ao fazer pedagógico.

O professor que atua na educação infantil seja ele o pedagogo ou o professor de educação física deve proporcionar à criança o conhecimento do novo, a ampliação de seus conhecimentos e a concepção de um novo olhar sobre as coisas. E isso somente é possível, pois é este profissional que possui conhecimento específico sobre objetivos, conteúdos e metodologias mais adequadas para atender cada faixa etária (MAGALHÃES, *et al*, 2007). Daí a importância da devida formação para a atuação referente aos diferentes âmbitos do processo de ensino.

Ainda sobre o ensino da educação física na educação infantil, vale ressaltar que não se trata de distribuir e/ou realizar jogos e brincadeiras apenas, pois a realização de uma determinada atividade tem uma finalidade educativa, devendo ser adequada às diferentes faixas etárias e níveis de desenvolvimento em que a criança se encontra. Neste sentido, Magalhães, *et al* (2007) expõe que “é o professor de Educação Física que apresenta formação específica para lidar com essas questões” (p. 50). Sendo assim,

O Professor de Educação Física ao desenvolver sua ação de ensino no magistério detém o conhecimento relacionado à motricidade humana, necessário para a sua função no processo ensino de Educação Física e, na sua intervenção, aplica esses conhecimentos como fazem os profissionais em outros espaços do mercado de trabalho com objetivos diferentes. Ou seja, o desenvolvimento dessa função educacional só é possível através de um ato profissional, portanto exclusivo de um professor que seja Profissional de Educação Física (CONFEF/CREF, 2013, p. 23).

E acerca da presença do professor de educação física na educação básica, há um projeto de lei em tramite no Senado Federal o qual busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996, dispondo sobre a formação dos professores de educação física na educação básica (SENADO FEDERAL, 2013).

Por meio deste projeto de lei, a educação física, bem como os conteúdos curriculares desta disciplina na educação básica, sendo estes, componentes curriculares obrigatórios, passará a ser ministrado exclusivamente por professores

habilitados em curso de licenciatura em Educação Física (SENADO FEDERAL, 2013).

Neste sentido, torna-se necessário que haja conhecimento e formação específica para o ensino, tanto da educação física, como das demais áreas do conhecimento. Pois é a partir do trabalho coletivo realizado nos diversos campos do conhecimento com a atuação dos diferentes profissionais que é possível estabelecer uma educação de qualidade (MAGALHÃES, *et al*, 2007).

E esta educação de qualidade só é alcançada quando há a presença de todos os profissionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem do aluno, bem como a devida qualificação dos mesmos. E o professor de educação física é um destes profissionais, que deve estar inserido junto ao processo de formação da criança desde a primeira etapa da educação básica.

### 2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DOS GESTORES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), o direito à educação básica de qualidade é imprescindível à formação do indivíduo, bem como a capacidade de exercer com plenitude o direito à cidadania. E é por meio deste que o indivíduo aprende a “constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, sócio emocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças” (p. 17).

No que se refere ao direito à educação, observa-se que há várias leis que buscam assegurá-la, em especial à educação infantil que é o foco do presente estudo. Entretanto, é somente por meio das políticas vigentes e de ações governamentais que estas leis são colocadas em prática na sociedade (CARVALHO, 2012).

Neste sentido, deve-se compreender os significados atribuídos a essas políticas. Conforme Carvalho (2012), políticas públicas são entendidas como o “conjunto de objetivos ou de intenções que, em termos de opções e prioridades, dão forma a um determinado programa de ação governamental, condicionando sua

execução” (*Ibid.* p. 28). Assim, políticas públicas se caracterizam como sendo as iniciativas, planos e diretrizes governamentais adotadas com o intuito de atingir um objetivo, ou seja, “caracteriza-se pelas ações planejadas e implantadas com a finalidade de garantir direitos sociais, especialmente distribuir benefícios, como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento” (*Ibidem*).

Já as políticas educacionais emanam das políticas públicas, caracterizando-se como

O conjunto de diretrizes, decisões, ações, sob controle estatal, visando promover a educação formal, que é aquela obtida nas instituições reconhecidas pela sociedade [...]. A política educacional comporta, pois, além das diretrizes, normas, obrigatoriedade em certos níveis, definição e criação de condições de acesso, mecanismos de controle e certificação (PIRES, 2003, *apud* CARVALHO, 2012, p. 30).

As políticas em geral emanam de anseios e reivindicações sociais, por conseguinte, políticas públicas e políticas educacionais são resultantes da construção social. Elas emergem de conflitos, contradições da sociedade, no intuito de assegurar os direitos políticos e sociais do indivíduo, expressando as relações entre Estado e sociedade. Portanto, essas políticas acabam sofrendo alterações, sendo renovadas conforme se modificam os anseios sociais. Seguindo este mesmo preceito, a ação educativa é compreendida como algo que vai além da atividade escolar, ou seja, é necessário “situá-la como um fenômeno social [...], algo que vai sendo construído historicamente, segundo as necessidades materiais surgidas socialmente” (CARVALHO, 2012, p. 22).

Em meio aos vários sistemas autônomos que existem na estrutura federativa brasileira, torna-se fundamental a elaboração de um regime que proporcione o estabelecimento efetivo do projeto de educação nacional, ou seja, ações político-educacionais em que,

[...] União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cada qual com suas peculiares competências, são chamados a colaborar para transformar a Educação Básica em um conjunto orgânico, sequencial, articulado, assim como planejado sistemicamente, que responda às exigências dos estudantes, de suas aprendizagens nas diversas fases do desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social (BRASIL, 2013, p.19).

Desse modo, cada sistema possui suas devidas especificações, entretanto, estas devem estar articuladas de modo a promover a educação de qualidade. Neste sentido, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (lei nº 9394/96) cabe à União “a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996, p. 9). Ainda de acordo com a lei, compete ao Estado a organização e o desenvolvimento de órgãos e instituições oficiais dentro do seu sistema de ensino, bem como definir junto aos municípios, maneiras de colaborar na oferta do ensino fundamental, assegurando a distribuição das responsabilidades conforme a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis a essas esferas do Poder Público. E cabe ao Município, “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência [...]” (p. 11).

Ainda conforme a LDBEN, a União será responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação, este em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo este último, responsável por “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (BRASIL, 1996, p. 11).

Neste sentido, o Plano Municipal de Educação surge de uma exigência constitucional e legal da Constituição Federal, em que os municípios deverão elaborar um plano que embase todos os planejamentos, objetivos e metas da educação municipal para os próximos dez anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE, 2015).

O estabelecimento de uma educação de qualidade, que atenda às necessidades de desenvolvimento do indivíduo não depende somente de leis e normas, mas principalmente “de políticas e ações governamentais que garantam as condições objetivas para a sua concretização” (AYOUB, 2001, p. 53).

Deste modo, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compete aos sistemas de ensino, definir as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica seguindo suas peculiaridades de acordo com os princípios de: “I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”(BRASIL, 1996, p. 12).

O termo gestão democrática é também tratado no Plano Municipal de Educação do município de Ivaiporã, em que, conforme este:

Gestão democrática e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática. A gestão democrática da educação envolve a efetivação de mecanismos e processos de participação, entendidos como base para desenvolvimento das instituições e dos sistemas de ensino (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015,p. 96).

Já no Plano Municipal de Educação do Município de Jardim Alegre, o princípio de gestão democrática da educação surge como a:

Construção de um processo participativo de tomada de decisões assegurando às escolas e aos centros de educação infantil mecanismos e estratégias que contemplem a participação de todos os segmentos da comunidade escolar pautada na prática transparente (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE, 2015, p. 18).

Em se tratando da gestão, esta, quando colocada no campo educacional assume uma dimensão que vai além da designação de ações e planos acerca da prática educativa de modo centralizado. Ela assume, a partir dos anos de 1990, um caráter de poder descentralizado, compartilhado (CARVALHO, 2012).

Quanto a gestão educacional, o Plano Nacional de Educação destaca em suas diretrizes melhoria da qualidade da educação e a democratização da gestão do ensino público (BRASIL, 2014).

Em linhas gerais, de acordo com o mesmo documento, o PNE (lei número 13.005/2014), é um instrumento de planejamento do estado democrático, que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Este define os objetivos, metas e estratégias para todos os níveis de ensino para serem executados em um prazo de dez anos.

Sobre as metas e estratégias do PNE referentes à gestão educacional, este visa criar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a “critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto” (BRASIL, 2014, p. 83). O plano traz como estratégia para se alcançar a meta apresentada, o desenvolvimento de programas de formação de gestores educacionais, além da aplicação da prova nacional específica, visando prover por meio deste a definição de profissionais competentes para os cargos.

Os gestores educacionais, ou dirigentes municipais da educação são os responsáveis pela gestão da oferta, qualidade e equidade da educação, no entanto, ele não decide sozinho as ações a serem realizadas, sendo assim, ele as administra em conjunto com a comunidade, seja ela interna ou externa à escola. Esse é o conceito de gestão democrática, ou seja, é a educação para a qualidade, onde são oferecidos a todos, oportunidades de aprendizagem e experiências educativas, havendo a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como na definição das políticas públicas referentes a estas ações (BRASIL, 2006). Na gestão democrática são enfatizados conceitos referentes à “participação, mobilização, qualidade social da educação, conselhos, entre outros” (*Ibid.* p. 15).

Em se tratando do termo educação de qualidade, o PME do município de Ivaiporã utilizando-se do Documento Referência da CONAE-2014, do MEC, define este como sendo,

[...] aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas da sociedade, como parâmetro para o desenvolvimento das atividades educacionais (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015, p. 55).

No que se refere à busca pela melhoria na educação, ou seja, pela educação de qualidade, o PNE apresenta algumas metas visando, entre outros, ampliar o investimento em educação pública por meio do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Deste modo, serão desenvolvidos, por meio do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), estudos e acompanhamento dos investimentos e custos por aluno da rede pública de educação. Outra estratégia apresentada pelo plano é

[...] implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar (BRASIL, 2014, p. 85).

Ainda segundo as estratégias do PNE, o Custo Aluno Qualidade será ajustado de acordo com o Ministério da Educação – MEC, sendo acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação – FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e

pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.

Em se tratando do papel dos estados e municípios para assegurar a educação de qualidade, o Plano Nacional de Educação expõe em seu artigo oitavo que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE” (BRASIL, 2014, p. 46).

Deste modo, pensando a ação/gestão da educação no âmbito da educação infantil, volta-se a atenção sobre as ações realizadas pelos municípios, pois este órgão é o responsável pelo oferecimento da educação a este nível de ensino, bem como o cumprimento de leis que a asseguram, como o exposto pelo artigo 11 da LDBEN, já citado anteriormente, torna-se necessário compreender e verificar as ações de gestores municipais no sentido do cumprimento das leis e da garantia de educação de qualidade para esse nível de ensino (BRASIL, 1996). Ou seja,

As políticas educacionais no nível municipal desempenham um papel fundamental para fazer avançar o País [...]. Os dirigentes municipais de educação nesse contexto assumem uma função de destaque, sendo os responsáveis pela gestão da oferta, qualidade e equidade da educação (FERNANDES; SILVA, 2006, p. 9).

Sob este preceito, o Plano Municipal de Educação do município de Ivaiporã, aponta que cabe ao gestor municipal a adoção de medidas que visem o alcance das metas previstas no plano municipal. E pautando-se no princípio de gestão democrática, o mesmo documento visa assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, sendo, associada ao desempenho e a consulta pública à comunidade escolar, prevendo recursos e apoio da União (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015).

Os gestores municipais da educação são os responsáveis pelo cumprimento das leis referentes ao processo de educação a nível municipal, sendo suas ações desenvolvidas partindo do princípio da gestão democrática. Neste sentido, a sociedade deve buscar que seus direitos sejam respeitados e assegurados pelos órgãos competentes, como as Secretarias de Educação Municipais, que devem garantir que todos os profissionais necessários para o

estabelecimento de uma educação de qualidade estejam presentes atuando juntamente ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 TIPO DO ESTUDO

A pesquisa aqui realizada é de natureza qualitativa com ênfase nos aspectos descritivos. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador é o instrumento principal para coleta de dados, possuindo caráter descritivo e enfoque indutivo (NEVES, 1996). Dessa forma, ele não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada e implica no contato direto do pesquisador com o ambiente a ser analisado, para tanto, como afirma Godoy (1995, p.21) “o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de entrevista relevantes”. Este tipo de pesquisa não possui uma estruturação muito rígida, sendo assim, o pesquisador se utiliza de sua subjetividade para explorar novos enfoques dentro da temática explorada (*Ibid.*).

Quanto ao caráter descritivo da pesquisa, pode-se entender como o desejo do pesquisador em conhecer o universo a ser estudado. Este tipo de estudo exige do pesquisador uma gama de informações sobre o que se deseja investigar, pois este “pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRMIÑOS, 1987, p. 110).

Na presente pesquisa utilizou-se a pesquisa documental sobre os documentos oficiais dos municípios analisados. Os documentos podem ser considerados importantes fontes de dados em estudos qualitativos, e neste sentido, a pesquisa documental representa uma forma de pesquisa que traz contribuições importantes no estudo de determinados temas (GODOY, 1995).

A pesquisa documental pode ser caracterizada como “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados na busca de novas interpretações” (GODOY, 1995, p. 21).

### 3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Foram entrevistados nesta pesquisa os gestores<sup>1</sup> das Secretarias da Educação dos municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã - PR. A escolha desses municípios foi amparada pela posição socioeconômica das cidades da microrregião do Vale do Ivaí, que aponta as duas cidades como as principais referências para a população.

Os gestores educacionais são de grande importância dentro do setor educacional, já que suas decisões refletem diretamente neste setor. Devido a isso, eles devem antes de qualquer coisa administrar suas ações, levando em consideração todas as opiniões divergentes, a fim de construir juntamente com a comunidade, uma administração democrática, visando uma instituição que melhor atenda as necessidades existentes em seu público alvo (SILVA, 2009). Principalmente devido às mudanças sofridas na educação no âmbito legislativo, como a implantação da educação infantil como primeiro ciclo da educação básica, bem como a obrigatoriedade da educação física no currículo educacional, cabe ao gestor educacional assegurar que estas mudanças sejam devidamente cumpridas, passando do papel para a prática nas instituições (AQUINO, 2008/2009).

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa passou pelo processo de aprovação no Comitê de Ética, sendo o número do comprovante do processo 020936/2015 do COPEP.

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada (Apêndice A), com questões elaboradas com a finalidade de abordarem os objetivos da pesquisa. Sendo estas questões separadas em blocos, em que no bloco geral, são abordadas questões de ordem pessoal, no bloco burocrático/administrativo as questões são referentes à política municipal no âmbito educacional. No bloco didático/pedagógico, as questões são referentes à concepção dos gestores sobre o trabalho do professor de educação física na educação infantil, e no bloco de encerramento, os gestores puderam abordar questões que não estiveram presentes

---

<sup>1</sup> Gestores – Secretários da Educação dos Municípios.

no roteiro de entrevista. Todas as questões foram construídas tomando-se como referência a Resolução 466/2012 do CONEP que versa sobre a condução de pesquisa com seres humanos.

Foram agendadas reuniões com os respectivos gestores, a fim de que a pesquisa fosse apresentada aos mesmos. Ao concordarem com a participação na pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos sujeitos da pesquisa e pelo pesquisador, o que garantiu a eles, sujeitos da pesquisa, todas as prerrogativas legais amparadas pelas determinações do CONEP.

As entrevistas foram gravadas utilizando-se um gravador de áudio digital, e posteriormente foram transcritas para a realização da análise. É considerada entrevista como sendo uma interação entre dois ou mais indivíduos por meio de uma conversação com o propósito de se atingir os objetivos do interlocutor. Esta interação possibilita ao entrevistador uma relação intersubjetiva com o entrevistado (FRASER; GONDIM, 2004).

#### Na entrevista semiestruturada

[...] o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197).

Esta possibilita ao entrevistado discorrer sobre um tema proposto pelo entrevistador, que pode realizar algumas interferências durante sua realização.

Os dados coletados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, que consiste em um instrumental metodológico o qual pode ser empregado em diversas análises discursivas e a vários meios de comunicação (GODOY, 1995). A Análise de conteúdo, proposta por Bardin consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977 *apud* GODOY, 1995, p. 23).

Sendo assim, “qualquer comunicação que veicule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, em princípio, ser decifrada

pelas técnicas de análise de conteúdo” (GODOY, 1995, p. 23). Podendo esta ser adaptada de acordo com os objetivos do pesquisador.

Dessa forma, foram criadas categorias a *posteriori*, visando investigar as questões entendidas como fundamentais para observar como a participação da educação física como componente curricular se dá no interior da secretaria de educação. A partir da categorização das falas dos gestores dentro das categorias analíticas pré-identificadas por meio dos estudos teóricos sobre o tema foi possível apresentar um panorama sobre a visão dos gestores educacionais acerca da inserção do professor de educação física na educação infantil. Tais gestores são os responsáveis pela implementação dos processos de avanço qualitativo da educação em seus respectivos municípios, o que pode contribuir para a retomada de discussões sobre o campo de atuação do professor de educação física na microrregião do Vale do Ivaí.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os gestores dos municípios escolhidos para a realização da pesquisa possuem entre 35 e 41 anos de idade. Ambos estão no cargo de gestor municipal de educação a menos de dois anos, e quanto à formação, um é formado em Letras e atua como professor no ensino fundamental, e o outro possui formação em Direito e leciona no ensino superior.

Por meio da análise dos dados coletados nas entrevistas com os gestores municipais da educação, foi possível estabelecer 5 (cinco) categorias que podem ser compreendidas como: A) entendimento dos mesmos acerca do papel da Educação Física; B) participação do poder público na inserção do professor de educação física na educação infantil do município; C) papel das parcerias realizadas entre os municípios e outras instituições; D) formação dos profissionais de educação que atuam junto à educação infantil; E) atuação do pedagogo no desenvolvimento motor da criança. Dessa forma, será possível traçar um panorama em relação às duas cidades sobre como a gestão pública observa a participação dos profissionais de educação física dentro do ambiente escolar e sua representatividade dentro do processo educacional dos municípios.

#### A) Entendimento acerca do papel da Educação Física.

A educação física pode ser entendida como uma área de conhecimento escolar, a qual possui saberes que vem sendo construídos ao longo dos tempos e que atribuem significado ao movimento humano (SOARES, 2001/2002). Além disso, esta possui o enfoque sobre a cultura corporal de movimento, que é expressa pela criança por meio de expressões e movimentos corporais, sendo estas práticas consideradas de especificidade pedagógica e a contribuição da educação física como área de conhecimento na escola (LACERDA; COSTA, 2012). De acordo com Farias, Goulart e Amorim (2007), a educação física se manifesta por meio de jogos, esportes, danças e outros elementos da cultura corporal de movimento, e estes possibilitam, por meio de diferentes linguagens e interações, maior aprendizado a criança.

Neste sentido, ambos os gestores entrevistados esboçam que o professor de educação física, como detentor de conhecimento nesta área, quando exercendo seu trabalho na educação infantil, seria responsável por intervir de maneira significativa no desenvolvimento motor da criança, bem como seu desenvolvimento a nível global.

Assim, é necessário que o professor de educação física, enquanto conhecedor da cultura corporal de movimento assuma sua devida função na educação infantil, sendo deste modo, “mediador no processo de aquisição do conhecimento que se dá nas vivências, práticas corporais, culturais e sociais das crianças no espaço educativo” (FARIAS; GOULART; AMORIM, 2007, p. 95).

Pensando neste trabalho desenvolvido pelo professor de educação física na educação infantil, o gestor 1 aponta que ele poderá contemplar de maneira geral, o jogo, o brincar, o movimento corporal, ou seja, o desenvolvimento da criança, trabalhando deste modo, unindo a teoria e a prática. Seguindo este mesmo pressuposto, o gestor 2 ressalta que o professor de educação física, além deste trabalho acerca do desenvolvimento motor, o mesmo poderá também promover maior estímulo quanto à prática de esportes, estimulando assim o desenvolvimento de possíveis potencialidades destes alunos.

No que se refere ao estímulo às práticas de esportes, o Plano Municipal de Educação do município de Ivaiporã, busca em uma de suas estratégias para a melhoria da educação básica, garantir na proposta pedagógica da escola, além de potencializar o tempo de permanência dos alunos na escola, combinar este período

com atividades recreativas, artísticas, esportivas e culturais (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015).

Pautando-se na importância do movimento humano como forma de comunicação com o adulto e também de aprendizado da criança, nota-se a extrema importância da relação exercida pela educação física e a educação infantil, pois conforme afirma Farias, Goulart e Amorim (2007), o movimento é a primeira ação da criança na tentativa de se comunicar com o mundo por meio de gestos que exprimem suas emoções, e “a Educação Física na Educação Infantil contribuirá no alargamento das experiências de movimento da criança” (p. 99).

O gestor 2 aponta que há uma carência de profissionais da área da educação física exercendo um trabalho junto aos alunos da educação infantil, e para que se pudesse haver um maior desenvolvimento da criança a nível global, seria necessário que estes profissionais estivessem presentes no dia a dia da educação desta criança. E acrescenta que, este profissional é de uma importância enorme no desenvolvimento motor da criança.

Embora os gestores não possuam maior conhecimento sobre o papel da educação física na educação infantil, que vai muito além do desenvolvimento motor e da prática de esportes, ambos concordam com a importância do trabalho deste profissional com as crianças.

Estas concepções acerca da educação física na educação infantil podem ser observadas conforme o quadro 1 da análise das entrevistas realizadas com os gestores da educação dos municípios.

Quadro 1. Entendimento acerca do papel da Educação Física.

Categoria	Sujeito	Fala Temática
<b>ENTENDIMENTO ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	<b>Gestor 1</b>	<p><i>... a educação física na educação infantil vai contemplar mais o jogo, o brincar, a brincadeira livre, a movimentação, o movimento corporal</i></p> <p><i>É contemplar esse desenvolvimento da criança... de zero a seis anos.</i></p> <p><i>um dos desafios realmente seja a questão de um profissional da área específica para estar orientando e unindo a teoria e a prática.</i></p>
	<b>Gestor 2</b>	<p><i>E também nós precisamos na verdade detectar dentro do nosso sistema, dentro da nossa rede, quando você ultrapassa essa questão da parte motora, você conseguir trazer essas pessoas para dentro do esporte, essas crianças para dentro do esporte, então, a ideia seria tanto para o estímulo motor, mas também para detectar as pessoas que teriam potencial para exercer uma atividade até como futuras atletas.</i></p> <p><i>Eu acho que é de uma importância enorme, não só para essa fase, mas nesse início a gente já começa a imaginar, nós temos vários momentos, nós temos até seis anos, a gente começa a imaginar, primeiro o desenvolvimento motor, né? Coordenação, que isso está diretamente ligado, uma criança que tem uma boa coordenação motora ela tem uma boa escrita, uma criança que aprende regras dentro do desenvolvimento ela começa a ter concentração.</i></p> <p><i>Então a gente percebe que essa ligação é extremamente direta à aprendizagem, isso em um primeiro momento, e eu também percebo que depois vai ajudar, influenciar bastante nas idades posteriores, por que o esporte, ele te tira de alguns caminhos, te mostra outros caminhos totalmente diferentes para sua vida, mas esse primeiro momento estimula bastante essa questão da aprendizagem, pelo estímulo da coordenação motora.</i></p>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

B) Participação do poder público na inserção do professor de educação física na educação infantil do município.

Os gestores municipais da área de educação são responsáveis pela gestão da oferta, qualidade e equidade da educação, administrando, em conjunto à comunidade, as ações a serem realizadas (BRASIL, 2006). De acordo com o Plano de Educação do município de Ivaiporã, é de responsabilidade do gestor municipal adotar as medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME de seu município (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015).

Porém, estas medidas frequentemente esbarram em questões burocráticas e muitas vezes financeiras segundo os gestores entrevistados.

*“as leis existem, a necessidade existe, mas às vezes o município não possui suporte para atender toda necessidade da criança” (GESTOR 1).*

E acrescenta:

*“o poder público acaba colocando uma norma, colocando uma regra, mas não oferece o suporte necessário para que os municípios contemplem todas essas áreas” (Ibidem).*

Para se compreender melhor estas questões de ordem burocrática apresentadas, pautemos-nos nos artigos oitavo e nono da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que estabelece que, “caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996, p. 9), e ainda “prestar assistência técnica e financeira aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva” (*Ibidem*, p. 10).

Ainda que o município seja considerado um órgão federado autônomo com a mesma importância que as demais instâncias, muitas vezes, quanto aos recursos financeiros, estes órgãos ainda dependem dos repasses e transferências sucedidos das esferas estadual e federal. Outra questão bastante presente em muitos municípios de pequeno porte, é que a gestão dos recursos da educação fica a cargo de outras instâncias dentro das prefeituras, e não da própria Secretaria de Educação (LIMA, 2014).

Conforme o artigo número 68 da LDBEN, os recursos públicos destinados à educação são os originários da:

- I – receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II – receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV – receita de incentivos fiscais;
- V – outros recursos previstos em lei (BRASIL, 1996, p. 27).

De acordo com Lima (2014), o município pode utilizar um percentual dos impostos arrecadados, sempre acima de 25%. Ainda segundo o autor,

[...] o percentual destinado à educação incide apenas sobre os impostos, e não sobre a arrecadação total, de modo que taxas, contribuições e outros tributos que compõem a arrecadação de cada um dos níveis de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios) estão fora dos cálculos do financiamento da educação (p. 81).

Lima (2014) também ressalta que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é órgão responsável pela execução de políticas educacionais do MEC, sendo ele o responsável pela distribuição dos recursos destinados à educação pública brasileira. O repasse desses recursos pode ser realizado por meio de algumas estratégias, em que cada uma delas possui canais de distribuição que variam de acordo com seu objetivo final, podendo ser depositado diretamente na conta das escolas ou da própria Secretaria de Educação do município, que realiza a distribuição dos recursos de acordo com as prioridades. Deste modo, como cada programa possui determinadas especificidades, “o gestor deve ficar atento às exigências contratuais e regulamentações desses programas para evitar impedimentos ou interferências no recebimento da verba” (LIMA, 2014, p. 82).

O mesmo autor aponta que, além disso, o gestor municipal deve possuir conhecimento acerca do planejamento e execução do orçamento público, pois é por meio dele que são estabelecidos como, onde e quando serão gastos os orçamentos. E ainda, “o orçamento fornece a base para a execução do plano de governo ou, no caso da Secretaria de Educação, do Planejamento da Gestão Educacional, que deve contemplar todas as ações pretendidas e os recursos para viabilizá-las” (p. 93).

Neste sentido, a integração entre orçamento e planejamento das ações da Secretaria de Educação é fundamental para que estas ações previstas sejam colocadas em prática de modo a obter sucesso, assegurando o processo de aprendizagem de todos os alunos da rede (LIMA, 2014).

Os gestores apontam que para que se possa desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos, de modo a proporcionar a educação de qualidade, faz-se necessário fornecer subsídios para tal, tanto no que se refere à alimentação, estrutura física e humana. Assim, outro ponto relatado pelos gestores municipais refere-se à carência do profissional de educação física junto à faixa etária de zero a cinco anos, que além de outros motivos, esbarra na questão relacionada ao espaço físico e à arquitetura das instituições de ensino, que em muitos casos não corresponde às necessidades das crianças da educação infantil.

*“[...] espaço físico adequado para atender as crianças, são poucas as escolas que tem” (GESTOR 1).*

*“[...] o grande problema hoje que a gente percebe, dentro dos municípios é a estrutura que se tem”. “[...] quero desenvolver o trabalho do profissional de educação física dentro da escola, mas eu tenho quadras para isso? Eu tenho pátios que são capazes de suportar esse tipo de aprendizagem?” (GESTOR 2).*

Sobre espaços físicos para a educação infantil, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil expõe que ambientes variados podem favorecer diferentes interações para com as crianças, e o professor desempenha papel importante como organizador destes espaços em que ocorrem os processos de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2006).

O mesmo documento afirma que “a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil” (*Ibidem*, p. 21).

Ao abordar sobre áreas de recreação e vivência, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil expõe que “a valorização dos espaços de recreação e vivência vai incrementar a interação das crianças, a partir do desenvolvimento de jogos, brincadeiras e atividades coletivas, além de propiciar uma leitura do mundo com base no conhecimento do meio ambiente imediato. O próprio reconhecimento da criança de seu corpo (suas proporções, possibilidades e movimento) poderá ser refinado pela relação com o mundo exterior” (BRASIL, 2006, p. 26).

Esta questão de infraestrutura também é tratada nos Planos de Educação dos municípios de Ivaiporã e Jardim Alegre, que trazem dentre suas estratégias para melhoria da educação básica,

Assegurar ações, em regime de colaboração com os entes federados, que estimulem o acesso e permanência à Educação Infantil em tempo integral para todas as crianças de zero a cinco anos, conforme o estabelecido nas Diretrizes Nacionais para Educação Infantil, mediante a adequação das estruturas físicas e humanas (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015, p. 53).

Garantia de continuidade da implementação de estudos, estruturas, investimentos e estratégias visando à qualidade das práticas pedagógicas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE, 2015, p. 19).

Já quanto ao financiamento para a melhoria da educação, o Plano de Educação do município de Jardim Alegre busca a:

Garantia de igualdade de infraestrutura necessária a um trabalho pedagógico de qualidade, contemplando pessoal, estrutura física, espaços especializados para atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas, adequação de equipamentos e manutenção a todos os estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Ensino (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE, 2015, p. 21).

Os gestores relatam que estas questões já vêm sendo resolvidas por meio de algumas ações, e que existem alguns prazos para serem cumpridos. Entretanto, em contraste com a afirmação de um dos gestores, a questão do professor de educação física na educação infantil não é tratada no plano de educação do município do mesmo.

Pode-se notar que algumas medidas são postas nos planos e outras já vêm sendo tomadas a fim de tentar sobressair a essas dificuldades apresentadas. Ambos os gestores afirmaram que melhorias vêm sendo realizadas em seus municípios no que tange às instituições de educação infantil tanto em seus aspectos estruturais quanto educacionais. Estes fatos podem ser observados no quadro 2, que refere-se à participação do poder público de acordo com os gestores.

Quadro 2. Participação do poder público na inserção do professor de educação física na educação infantil do município.

Categoria	Sujeito	Fala Temática
<b>PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA INSERÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO</b>	<b>Gestor 1</b>	<p><i>o poder público ele é o responsável pela criação de normas, de leis, de regras</i></p> <p><i>Então o poder público ele acaba colocando uma norma, colocando uma regra, mas não dá o suporte necessário para que os municípios contemplem todas essas áreas</i></p> <p><i>espaço físico adequado para atender as crianças, são poucas as escolas que tem.</i></p> <p><i>nós conseguimos através do governo federal a construção de um prédio de pró-infância, que é o espaço físico adequado para atender as crianças na faixa etária de zero à seis anos.</i></p>
	<b>Gestor 2</b>	<p><i>o único problema é que a gente esbarra nas questões estruturais ainda, mas que vem melhorando.</i></p> <p><i>dentro do plano municipal de educação nós temos alguns prazos para cumprir algumas coisas, e dentre essas situações que nós vemos do profissional de educação física</i></p> <p><i>a questão da educação e o papel do Estado ele é fundamental, por que é obrigação dele dispor isso para suas crianças, para que tenha o desenvolvimento.</i></p> <p><i>quero desenvolver o trabalho do profissional de educação física dentro da escola, mas eu tenho quadras para isso? Eu tenho pátios que são capazes de suportar esse tipo de aprendizagem?</i></p>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

C) Papel das parcerias realizadas pelos municípios na área da educação física.

Pode-se compreender que a educação física estrutura-se no campo da cultura corporal. E a presença do profissional desta área na educação infantil pode colaborar imensamente na educação das crianças desde que compreendida como uma possibilidade de trabalho em parcerias (AYOUB, 2001). Entretanto, as parcerias aqui colocadas por ambos os gestores municipais, não possui a mesma conotação que a colocada acima, pois no caso destes municípios aos quais a presente

pesquisa se desenvolve, os trabalhos em parcerias são colocados como compensatórios e até mesmo substitutos do trabalho do professor de educação física principalmente em se tratando da primeira etapa da educação básica.

Conforme relata Costa; Borghi (2013), muitas vezes estas parcerias realizadas entre as instituições devem-se a falta de infraestrutura necessária ao atendimento do público-alvo. Já no caso dos dois municípios pesquisados, a realização destas parcerias deve-se à falta do profissional responsável pelas ações referentes ao conteúdo de educação física.

Pois quando perguntados quanto ao quantitativo de professores que atendem a educação infantil e em específico à presença do professor de educação física nesta etapa, ambos os gestores apontavam para as parcerias presentes entre os municípios e estagiários.

*“[...] nós contamos também com os bolsistas, os estagiários que estão cursando faculdade na área da educação” (GESTOR 1).*

*“[...] o pouco que se tem da área de educação física é por meio de parcerias, com as universidades, no caso com a UEM, por exemplo, onde nós temos estagiários contribuindo [...]” (GESTOR 2).*

Deste modo, o trabalho que deveria estar sendo desenvolvido por professores que possuem a formação específica e o conhecimento necessário para atuarem de maneira eficiente com os alunos da educação infantil, principalmente no que se refere ao desenvolvimento motor, está sendo desempenhado por estagiários, que deveriam exercer suas funções juntamente com os profissionais formados, acabam estes então realizando as ações que já deveriam estar sendo desenvolvidas. Sendo estas ações realizadas dentro de uma carga horária delimitada pelo estágio, fazendo com que este trabalho não ocorra de maneira contínua com os alunos.

Um dos gestores ainda relata que a busca por algumas parcerias surgiu numa tentativa de procurar suprir essa falta de professores de educação física na educação infantil.

*“E nós temos também um projeto, uma parceria com o SESC, de um projeto que chama Educar e Aprender<sup>2</sup> [...], lá eles tem alguns profissionais que ajudam a desenvolver durante uma carga horária por semana, ajudam no desenvolvimento, então essa parceira tem*

---

<sup>2</sup> Programa Aprender e Jogar: É um programa de iniciação esportiva desenvolvido pelo SESC (Serviço Social do Comércio), o qual caracteriza-se como sendo um conjunto de ações envolvendo esportes e demais manifestações da cultura corporal do movimento como meio educacional para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida. O programa ocorre por meio de atividades lúdicas relacionadas ao corpo e movimento e iniciação esportiva nas escolas públicas e nas unidades do Sesc (SESC, sd).

*fortalecido bastante a nossa atividade e estimulando essa questão da parte motora. [...] a busca dessa parceria com o SESC, foi para tentar suprir um pouquinho essa falta que a gente tem” (GESTOR 2).*

Assim, o trabalho que deveria estar sendo realizado pelos professores de educação física, acaba sendo buscado fora do ambiente escolar, por meio de projetos realizados por outras entidades parceiras dos municípios. Deste modo, os gestores relatam que, quanto ao desenvolvimento do aluno, principalmente no que tange ao desenvolvimento motor e desenvolvimento integral, não há carência de estímulos para tal, pois por meio das atividades realizadas pelas parcerias este trabalho acaba sendo executado.

Embora este assunto já venha sendo tratado por meio do projeto de lei nº 116 de 2013, em que é exposto que os conteúdos curriculares da educação física deverão ser ministrados exclusivamente por professores habilitados em curso de licenciatura em Educação Física (SENADO FEDERAL, 2013), os gestores os gestores entrevistados não demonstram grande interesse na contratação de professores de educação física para a educação infantil, pelo menos para as próximas ações a serem executadas pelo seu departamento, como pode ser observado por meio do quadro 3.

Quadro 3. Papel das parcerias do município na área.

Categoria	Sujeito	Fala Temática
<b>PAPEL DAS PARCERIAS DO MUNICÍPIO NA ÁREA</b>	<b>Gestor 1</b>	<p><i>nós contamos também com os bolsistas, os estagiários que estão cursando faculdade na área da educação.</i></p> <p><i>como nós tínhamos muitos estagiários exercendo a função de educador em sala de aula em anos anteriores, a ideia era zerar primeiro essa parte para começar projetar a parte da educação física a partir do ano que vem.</i></p>
	<b>Gestor 2</b>	<p><i>o pouco que se tem da área de educação física é por meio de parceria, com as universidades, no caso com a UEM por exemplo, onde nós temos estagiários contribuindo</i></p> <p><i>a busca dessa parceria com o SESC, foi para tentar suprir um pouquinho essa falta que a gente tem.</i></p> <p><i>hoje eu não vejo que nós estamos tendo tanto deficiência por que nós temos essas parcerias.</i></p>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

#### D) Formação continuada ou formação inicial?

A formação profissional, ao longo do tempo, passou a assumir outras características, como a de formação continuada, que podem ser compreendidas como ações contínuas, com periodicidade regular, continuidade de programação, em que cada participante tem a responsabilidade de repassar os conteúdos aos demais profissionais, e uso de metodologias que subsidiem a prática por meio de teorias adequadas (PALMA FILHO; ALVES, 2003).

Neste sentido, o Plano de Educação do município de Ivaiporã traz que a formação inicial e a formação continuada devem proporcionar:

[...] sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na educação básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos; ampla formação cultural; prática docente como foco formativo; contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica; pesquisa como princípio formativo; domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e acesso a elas, visando a sua integração à prática do magistério; inclusão das questões relativas à educação dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nos programas de formação de todas as áreas; trabalho coletivo

democrático, autônomo e interdisciplinar; conhecimento e aplicação das diretrizes curriculares nacionais e estaduais referentes aos níveis e modalidades da educação básica (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015, p. 88).

Assim, os gestores municipais apontam que os professores que atuam na educação infantil, mesmo não possuindo a formação em educação física, estão sendo capazes de desenvolver o trabalho que deveria estar sendo realizado por estes profissionais, por meio das constantes atualizações que eles vêm realizando por meio da formação continuada.

*“Pela formação continuada que ele tem, pelos grupos de estudo que eles fazem, inclusive no ano passado eles fizeram um grupo de estudo na educação infantil, orientado pela secretaria de educação, voltado para esse tema, jogos, brinquedos e brincadeira, o lúdico, a importância do movimento na educação infantil. Então assim, eles estão em constante estudo” (GESTOR 1).*

O Plano de Educação do município de Ivaiporã, em uma de suas estratégias para o decênio de 2015-2025, para promover a melhoria da educação no ensino infantil, busca promover a formação inicial e continuada dos professores da educação infantil, garantindo o atendimento das crianças por docentes com formação superior (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015, p. 24).

Em se tratando da valorização dos profissionais do magistério, o mesmo documento considera que:

A eficiência profissional envolve uma formação inicial acessível, sólida, versátil, de qualidade, específica e articulada às demandas profissionais; formação continuada periódica, planejada, subsidiada e articulada ao trabalho e à jornada de trabalho; estabilidade, continuidade e autonomia para a atuação profissional; recursos suficientes para o bom desempenho do trabalho (adequação de preparação/formação, espaço, tempo, equipamentos e materiais); e avaliação de demandas e resultados do processo educacional (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015, p. 87).

Neste sentido, destaca-se dentre as diretrizes do plano, a:

[...] busca, no médio prazo, de totalidade dos(as) profissionais de magistério, com licenciatura específica no componente curricular em que atua, concursado na área, atuando na sala de aula (ou outros espaços de aprendizagem com estudantes), com formação em pós-graduação também na área, autonomia pedagógica, participação na gestão democrática, atuando em jornada integral em escola de tempo integral (com concepção de educação integral), com estabilidade e reconhecimento pelo seu trabalho (*Ibidem.*)

Sob o mesmo enfoque, o Plano de Educação do município de Jardim Alegre busca em algumas de suas estratégias para a educação infantil,

Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil.

Estimular a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de formação de professores para a educação infantil de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de quatro e cinco anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE, 2015, p. 32).

Neste sentido, os Planos Municipais de Educação buscam aprimorar o quadro de formação dos professores que estão atuando na educação infantil, que segundo os gestores, já contam com profissionais formados e pós-graduados, além da participação em cursos e formações continuadas.

Entretanto, uma das questões a respeito dos profissionais do magistério abordado no Plano de Educação do município de Ivaiporã, diz respeito ao déficit apresentado na formação inicial destes profissionais, onde o mesmo aponta que para que haja um ganho de qualidade na formação do professor, sendo ela inicial ou continuada, “é preciso que a educação básica esteja presente na agenda de prioridade das universidades” (p. 88). E ainda expõem que os currículos dos cursos de licenciatura não abordam muito questões acerca das práticas de ensino, sendo elas distantes da realidade das instituições de ensino da rede pública. Assim, segundo o documento, a formação continuada surge para suprir as lacunas da formação inicial (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, 2015).

O quadro 4 apresenta as concepções dos gestores entrevistados acerca da formação inicial e continuada dos professores que atuam na educação infantil, e o que vêm ocorrendo nos municípios no que se refere a essa questão.

Quadro 4. Formação continuada ou formação inicial?

Categoria	Sujeito	Fala Temática
<b>FORMAÇÃO CONTINUADA OU FORMAÇÃO INICIAL?</b>	<b>Gestor 1</b>	<p><i>Pela formação continuada que ele tem, pelos grupos de estudo que eles fazem, inclusive no ano passado eles fizeram um grupo de estudo na educação infantil, orientado pela secretaria de educação, voltado para esse tema, jogos, brinquedos e brincadeira, o lúdico, a importância do movimento na educação infantil. Então assim, eles estão em constante estudo.</i></p> <p><i>E o que a gente propõe para os professores todo ano são a formação, é a formação continuada, são os grupos de estudo, tanto que todos os nossos professores da educação infantil têm faculdade, tem a formação, tem pós-graduação, e eles participam bem das formações dos grupos de estudo, e é a atualização,</i></p>
	<b>Gestor 2</b>	<p><i>os nossos educadores e os nossos profissionais da educação infantil, quase todos eles além de ter a formação para isso, eles já possuem nível de pós-graduação,</i></p> <p><i>para que tenha atividades extras com esses alunos, e durante esse período os professores que dão aula em sala de aula pudessem utilizar esse tempo para melhor aperfeiçoamento em sala de aula, que seria a hora atividade.</i></p>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

E) O pedagogo e sua atuação no desenvolvimento motor da criança.

O professor pedagogo possui conhecimentos que se fundamentam nas diferentes ciências e diferentes campos de saberes que permeiam o campo da pedagogia, sendo a organização curricular dos cursos de pedagogia, fundamentada, entre outros, nos princípios da interdisciplinaridade e contextualização (AGUIAR, *et al*, 2006).

Neste sentido da interdisciplinaridade do currículo dos cursos de pedagogia, e do conhecimento sobre os diferentes campos de saberes do mesmo, os gestores apontam que o pedagogo possui embasamento teórico para preparar as atividades a serem trabalhadas com os alunos, relacionando a teoria e a prática no desenvolvimento da criança, estando deste modo, bem preparados para trabalhar questões referentes ao desenvolvimento integral do aluno, pois, como afirma um dos gestores entrevistados,

*“[...] o professor tem todo o embasamento teórico, para estar preparando as atividades e relacionando, a teoria e a prática no desenvolvimento da criança” (GESTOR 1).*

Entretanto, estes profissionais ainda possuem algumas limitações a respeito deste trabalho sobre o desenvolvimento motor da criança.

*“[...] por que o pedagogo ele não atinge essa área. Na questão da expressão, dessa situação até ele pode atuar um pouco mais por que ele tem formação para isso, mas a gente percebe que ele precisaria de um acompanhamento, precisaria de outros profissionais para dar continuidade a esse trabalho, isso a gente tem total consciência que precisaria” (GESTOR 2).*

Assim, os gestores relatam, de maneira geral, que seria necessário o desenvolvimento de trabalhos em parceria com os demais profissionais da educação, como no caso específico, com o professor de educação física. Pois devido a falta deste profissional na educação infantil, quem acaba realizando esse trabalho sobre o desenvolvimento da criança é o próprio pedagogo. E, como aponta um dos gestores da educação,

*“Saindo dos limites onde é da competência dele, que é orientar e supervisionar, ajudar no desenvolvimento da criança, aí nós precisaríamos de outros profissionais para poder estimular isso” (GESTOR 2).*

Deste modo, os gestores relatam que os professores pedagogos possuem conhecimento em uma vasta área de saberes docente, entretanto, o conhecimento aprofundado sobre uma determinada área de conhecimento só é possível por meio da formação específica nesta. Assim, a formação em educação física proporciona o conhecimento específico sobre o movimento humano, sobre a cultura corporal de movimento.

Os gestores apontam que deveria haver profissionais que orientassem essas atividades que vêm sendo realizadas pelos pedagogos referentes ao trabalho sobre o desenvolvimento motor da criança. No entanto, devemos compreender que este trabalho vai muito além deste desenvolvimento, ele abrange o desenvolvimento do indivíduo como um todo.

*“Porque os professores acabam fazendo todo esse trabalho, mas não tem o profissional que tenha o conhecimento específico na área para estar desenvolvendo esse trabalho de orientação” (GESTOR 1).  
“[...] os pedagogos eles estão na verdade bem preparados para esse desenvolvimento, só que o pedagogo, com a função dele de supervisionar, de orientar, a atuação dele vai ter certos limites” (GESTOR 2).*

Assim, torna-se necessária a presença dos profissionais com a devida formação para o trabalho sobre o desenvolvimento da criança em sua totalidade, ou seja, o desenvolvimento integral, que abrange, de acordo com Gallahue e Ozmun (2005) os aspectos cognitivo, afetivo-social e motor.

Assim, as concepções sobre o pedagogo e sua atuação para com o desenvolvimento motor da criança de acordo com os gestores da educação dos municípios são apresentadas conforme o quadro 5.

Quadro 5. Papel do pedagogo no desenvolvimento motor da criança.

Categoria	Sujeito	Fala Temática
<b>PAPEL DO PEDAGOGO NO DESENVOLVIMENTO MOTOR DA CRIANÇA</b>	<b>Gestor 1</b>	<p><i>Mas o professor, ele tem todo o embasamento teórico, para estar preparando as atividades e relacionando, a teoria e a prática no desenvolvimento da criança.</i></p> <p><i>Porque os professores eles acaba fazendo todo esse trabalho, mas não tem o profissional que tenha o conhecimento específico na área para estar desenvolvendo esse trabalho de orientação.</i></p> <p><i>São os professores da sala. Os professores regentes da sala, e é priorizado o desenvolvimento motor, movimentação, arte, jogos brinquedos e brincadeiras, pra tudo isso existe um planejamento, e os eixos, porque eles trabalham dentro dos eixos.</i></p>
	<b>Gestor 2</b>	<p><i>os pedagogos eles estão na verdade bem preparados para esse desenvolvimento, só que o pedagogo, com a função dele de supervisionar, de orientar, a atuação dele vai ter certos limites.</i></p> <p><i>Saindo dos limites onde é da competência dele que é orientar e supervisionar, ajudar no desenvolvimento da criança, aí nós precisaríamos de outros profissionais para poder estimular isso.</i></p> <p><i>por que o pedagogo ele não atinge essa área. Na questão da expressão, dessa situação até ele pode atuar um pouco mais por que ele tem formação pra isso, mas a gente percebe que ele precisaria de um acompanhamento, precisaria de outros profissionais para dar continuidade a esse trabalho, isso a gente tem total consciência que precisaria.</i></p>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDBEN (lei número 9.394/96) institui que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, abrangendo seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Neste sentido, a educação física assume uma importância fundamental no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança, fazendo-se necessária a participação ativa do profissional de educação física neste processo.

Entretanto, para que se possa firmar esta presença do professor de educação física na educação infantil, deve-se prezar pela devida formação destes profissionais, de modo que estes sejam capazes de proporcionar à criança o maior número de experiências de movimentos possíveis.

Várias leis buscam assegurar aos indivíduos o direito a educação, porém, é por meio de políticas e ações governamentais que a legislação é colocada em prática, o que faz recair a atenção sobre as ações dos gestores da educação, pois são eles os responsáveis pela gestão da oferta, qualidade e equidade da educação em ações administradas em conjunto com a comunidade.

Os municípios são os órgãos responsáveis pelo oferecimento da educação infantil e pelo cumprimento das leis que regem este nível da educação básica. Deste modo, ao entrevistar os gestores municipais da educação de dois municípios do interior do Estado do Paraná, de modo a investigar o entendimento dos mesmos acerca da importância do professor de educação física na educação infantil, nota-se que eles apresentam conhecimento de que o papel deste profissional é fator fundamental no desenvolvimento de crianças de zero a cinco anos de idade. Entretanto, estas ações que deveriam estar sendo realizadas pelo professor de educação física não estão acontecendo, pois em ambos os casos analisados, quem as dirige é o próprio pedagogo, professor da classe, e estagiários, que acabam desempenhando papel de professores, realizando ações que deveriam estar sendo geridas por profissionais com a formação específica na área. Estas ações também vêm sendo realizadas com os alunos por meio das parcerias exercidas com entidades que acabam por substituir as funções deste profissional dentro da escola.

Os gestores da educação dos dois municípios pesquisados também apontaram que uma das dificuldades apresentadas para a contratação dos

professores de educação física é de ordem estrutural, englobando questões de referentes a recursos físicos e humanos. Assim, as melhorias que vem sendo realizadas devem seguir, de acordo com os gestores, uma determinada ordem de prioridades, em que a contratação do professor de educação física não apresenta uma grande significância tanto quanto outras reformas necessárias para a melhoria da educação nos municípios.

Por meio da realização da presente pesquisa, compreende-se que as secretarias municipais de educação são responsáveis pelo oferecimento de uma educação infantil de qualidade, e para isso, é necessário que seja oferecido aos alunos, acesso a uma vasta área de conhecimento e experiências que possam proporcionar subsídios para o desenvolvimento integral dos mesmos.

Concluindo, os gestores educacionais dos municípios analisados, mesmo não possuindo grande conhecimento sobre o trabalho do professor de educação física na educação infantil, ambos reconhecem que é importante a presença do mesmo para com o desenvolvimento da criança. Entretanto, não basta apenas ter o conhecimento sobre, é necessário que haja o estabelecimento de ações que visem o cumprimento das leis e a contratação de profissionais qualificados e com a devida formação na área, de modo a garantir aos alunos o acesso a uma educação básica de qualidade.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. A. S. et al. Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia do Brasil: Disputas de projetos do campo da formação do profissional da educação. **Revista Educação Social**. Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial. p. 819-842. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n96/a10v2796.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.
- AQUINO, L. M. L. A gestão democrática nas instituições de educação infantil: questões para pensar a formação de gestores. **Revista Educação em Foco**. Juiz de Fora. v. 13. n. 2. p. 251-268. Set 2008/Fev 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/11/Artigo-14-13.2.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2014.
- AYOUB, E. Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil. **Revista Paulista Educação Física**. São Paulo. p. 53-60. 2001. Disponível em: <[http://xa.yimg.com/kq/groups/20731877/274873601/name/Ayoub\\_2001\\_Reflexoes+EF+Infantil.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/20731877/274873601/name/Ayoub_2001_Reflexoes+EF+Infantil.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. Disponível em: <<http://www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao/FORMA%C3%87%C3%83O%20INICIAL%20E%20CONTINUADA%20DE%20EDUCADORES/FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20EDUCADORES%20DESAFIOS%20E%20PERSPECTIVAS.pdf#page=164>>. Acesso em: 01 nov. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASEI, A. P. A Educação Física na Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. **Revista Iberoamericana de Educación**. 2008. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/2563Basei.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**. Ano XIX. nº 48. Agosto 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 12 out. 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília. 1996. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 23 fev. 2016.

BRASIL. **O MEC.** História. Ministério da Educação. 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=171](http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171)>. Acesso em: 19 out. 2014.

BRASIL. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educiinf/miolo\\_infraestr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educiinf/miolo_infraestr.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. **Planejando a Próxima Década.** Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). 2014. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. **Pradime:** Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno de Textos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader\\_tex\\_3.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_3.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2015.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, E. J. G. de. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil.** Maringá: Eduem, 2012.

CAVALARO, A. G.; MULLER, V. G. Educação Física na Educação Infantil: uma realidade almejada. **Revista Educar.** Editora UFPR. Curitiba. n. 34. p. 241-250. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n34/15>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

CONFED/CREFs. Educação Física Escolar: Uma bandeira permanente do Sistema CONFED/CREFs. **Revista Educação Física.** 2013. Disponível em: <<http://www.confed.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=4083>>. Acesso em: 12 maio 2015.

COSTA, B. A.; BORGHI, R. F. O atendimento da educação infantil via conveniamento: um estudo das justificativas municipais. **Atos de Pesquisa em Educação** - PPGE/ME. v. 8. n. 3. p.1019-1032. Set./Dez. 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/viewFile/3602/2490>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

CURY, C. R. J. **O Direito à Educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2006. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2014.

DARIDO, S. C. A formação do profissional na educação física. In: \_\_\_\_\_. **Educação Física na Escola**: Questões e Reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003. p. 25-30.

FARIAS, D. C.; et al. Os principais problemas da educação física e suas relações com a realidade na/da educação infantil. **Revista Motrivivência**. Ano XIX. n. 29. 2007. p. 87-102. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4694>>. Acesso em: 12 maio 2015.

FARIAS, D. C.; GOULART, M. C.; AMORIM, S. H. Os principais problemas da educação física e suas relações com a realidade na/da educação infantil. **Revista Motrivivência**. Ano XIX. nº 29, p. 87-102. Dez./2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/11248/10742>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FERNANDES, F. C.; SILVA, M. P. L. A. Introdução. In: BRASIL. **Pradime**: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno de Textos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. p. 9-11. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader\\_tex\\_3.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_3.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2015.

FERRAZ, O. L.; MACEDO, L. de. Reflexões de professores sobre a educação física na educação infantil incluindo o Referencial Curricular Nacional. **Revista paulista de Educação Física**. São Paulo. p.83-102. Jan./Jun. 2001. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v15%20n1%20artigo7.pdf>> Acesso em: 10 março 2015.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**. v. 14. n. 28. 2004. p. 139-152.

GALLAHUE, D.; OZMUN, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

GARANHANI, M. C. A Educação Física na escolarização da pequena infância. **Revista Pensar a Prática**. p. 106-122. 2001-2002. Disponível em: <<http://h200137217135.ufg.br/index.php/fef/article/view/49/46>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão

para o Desenvolvimento Rural – SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 10 março 2015.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Mai./Jun.1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2014.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Mar./Abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

GO TANI. Educação física na pré-escola e nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau: uma abordagem de desenvolvimento I. **Revista Kinesis**. p. 19-41. 1987. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/kinesis/article/view/8562/5194>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

GOULART, M. F. B.; ASSIS, R. M. **Aulas de Educação Física na Educação Infantil: uma investigação em CMEIs de Jataí-GO**. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. 2011. Disponível em: <[http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/educacao\\_fisica/co/140-284-1-SM.pdf](http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/educacao_fisica/co/140-284-1-SM.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2015.

KISHIMOTO, T. M. A LDB e as instituições de educação infantil: desafios e perspectivas. **Revista paulista de Educação Física**. São Paulo. p. 7-14. 2001. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v15%20supl4%20artigo1.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

LACERDA, C. G.; COSTA, M. B. Educação física na educação infantil e o currículo da formação inicial. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis. v. 34, n. 2, p. 327-341. Abr./Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v34n2/a06v34n2.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, J. F. **Educação Municipal de Qualidade: Princípios de Gestão Estratégica para Secretários e Equipes**. Editora Moderna. Comunidade Educativa Cedac. Fundação Vale.2014. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A824CA28FC2014CA4CC719C181F>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

LOPES, A. A. S. M. A Educação Física na Educação Infantil com base num relato de experiência. In: \_\_\_\_\_. **Educação física escolar: o que, quando e como ensinar**. São Paulo: Phorte, 2012. p. 71-139.

MACEDO, E. Formação de professores e Diretrizes Curriculares Nacionais: para onde caminha a educação? **Revista Teias**. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/29>>. Acesso em: 19 out. 2014.

MAGALHÃES, G. M.; MESQUITA, A. M. O jogo de papéis como atividade pedagógica na educação infantil: apontamentos para a emancipação humana. **Revista Nuances: Estudos sobre Educação**. Presidente Prudente – SP. v. 25. n. 1. p. 266-279. 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2727/2531>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

MAGALHÃES, J. S. et al. Educação Física na Educação Infantil: uma parceria necessária. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. v. 6, n. 3, p. 43-52. 2007. Disponível em: <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/REMEF/Remef\\_6.3/Artigo\\_04.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/REMEF/Remef_6.3/Artigo_04.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2015.

MARANTE, W. O.; SANTOS, M. C. Metodologia de ensino da educação física: reflexão e mudanças a partir da pesquisa ação. **Revista Mackenzie de Educação Física**. São Paulo. supl 4. p.110-115. 2001. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/583/368>>. Acesso em: 12 maio 2015.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo. v. 1, n. 3. 1996. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_qualitativa\\_caracteristicas\\_usos\\_e\\_possibilidades.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2015.

PALMA FILHO, J. C.; ALVES, M. L. Formação continuada: memórias. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. Editora UNESP, São Paulo. 2003. p. 279-296. Disponível em: <<http://www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao/FORMA%C3%87%C3%83O%20INICIAL%20E%20CONTINUADA%20DE%20EDUCADORES/FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20EDUCADORES%20ESAFIOS%20E%20PERSPECTIVAS.pdf#page=164>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PANSERA, S. M.; et al. Educação Física no Ensino Infantil: sua influência no desempenho das habilidades motoras fundamentais. **Revista CinerGIS**. v. 9. n. 2. p. 24-32. 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/696/1051>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ. **LEI 2.649, de 24 de junho de 2015**. Plano Municipal de Educação. Estado do Paraná. 2015. Disponível em: <[http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/12074/060715154115\\_I2\\_6492015aprovaoplanomunicipaldeeducacaopmeple592015\\_pdf.pdf](http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/12074/060715154115_I2_6492015aprovaoplanomunicipaldeeducacaopmeple592015_pdf.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE. **Projeto de Lei nº 13/2015**. Plano Municipal de Educação do Município de Jardim Alegre. 2015.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013**. Atividade Legislativa. 2013. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115667>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SESC. **Iniciação Esportiva – Aprender e Jogar**: ensinar esporte, praticar educação. Serviço social do Comércio. Paraná. Disponível em: <<http://www.sescpr.com.br/esporte-e-lazer/programa-de-iniciacao-esportiva/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

SILVA, E. P. A importância do gestor educacional na instituição escolar. **Revista Conteúdo**. Capivari. v. 1. n. 2. Jul./Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/downloadSuppFile/21/2>>. Acesso em: 19 out. 2014.

SIMÃO, M. B. Educação Física na Educação Infantil: refletindo sobre a “hora da Educação Física”. **Revista Zero a Seis**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/2099>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SOARES, A. F. Os projetos de ensino e a Educação Física na educação infantil. **Revista Pensar a Prática**. Goiânia. v. 5, p. 15-38. Jul./Jun. 2001/2002. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=44&path%5B%5D=41>>. Acesso em: 20 out. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 1987. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/84708933/Livro-Introducao-a-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos>>. Acesso em: 19 out. 2014.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A Roteiro de Entrevista (semiestruturada)

### -----Bloco Geral-----

1. Qual sua idade?
2. A quanto tempo exerce o cargo de gestor maior da educação no município?
3. Você é ou já foi docente? Se sim qual a sua disciplina de atuação? Se não, qual sua formação em nível superior?
4. Como você observa a formação dos docentes que atuam hoje, no seu município, com a educação infantil?

### -----Bloco Burocrático/Administrativo-----

5. Atualmente no município, qual a principal forma de contratação dos professores da educação infantil (temporários ou efetivos)?
  - 5.1 Como o município planeja a contratação desses professores (demanda ou qualidade)?
6. No município há professores de educação física presentes nas escolas atendendo a todos os níveis de ensino?
  - 6.1 Em específico na educação infantil?
7. Caso haja: existe retorno qualitativo dessa ação no desenvolvimento infantil? Caso não haja: qual o motivo para a não contratação desses professores?
8. O número total de professores atuantes na educação infantil no seu município atende toda a demanda quantitativa de vagas e qualitativa de conteúdo?
  - 8.1 E em relação as ações de desenvolvimento motor, quem são os docentes responsáveis por tais ações e o que é priorizado? Caso o município não possua docente de educação física: Na sua opinião, a presença do professor de educação física na educação infantil poderia contribuir de que forma? Caso o município possua: A atuação desses docentes é compatível com o que era esperado do ponto de vista didático-pedagógico?

### -----Bloco Didático/Pedagógico-----

9. Como você observa a relação entre a ausência ou presença de professores de educação física na educação infantil e o desenvolvimento infantil global?
10. Qual a sua visão sobre a atuação do professor de educação física junto a faixa etária de crianças 0 a 6 anos?
  - 10.1 Quais seriam suas competências e limitações?

11. Como você observa a formação do pedagogo para atuar em ações didáticas que envolvem expressão e movimento corporal bem como também o desenvolvimento motor?

12. Na sua opinião qual o papel do poder público na condução de estímulos ao desenvolvimento infantil global, que envolve, dentre outros aspectos, o desenvolvimento motor?

12.1 Do ponto de vista da política educacional, o que a sua secretaria/departamento tem feito nesse sentido?

-----Bloco de Encerramento-----

13. Gostaria de fazer algum posicionamento que considera importante e que não foi abordado nas questões anteriores?

## APÊNDICE B Termo de consentimento livre e esclarecido.

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa com o seguinte título: **A visão de gestores municipais sobre a importância dos professores de educação física na educação infantil**, esta que faz parte do curso de Educação Física sendo orientada pelo profº Dr. Eduard Angelo Bendrath da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Regional do Vale do Ivaí. O objetivo desta pesquisa é identificar as políticas educacionais e a relevância sobre o perfil de contratação de professores para a Educação Física para atuação na Educação Infantil. Para que esta pesquisa ocorra sua participação é muito importante, dessa forma serão realizadas perguntas com o objetivo de compreender como ocorre o processo de contratação dos professores de educação física para a educação infantil bem como a relevância deste profissional para esta etapa da educação básica de acordo com os gestores. Informamos que durante a entrevista poderá ocorrer alguns desconfortos, pois esta será gravada (será utilizado para a gravação um aparelho da marca Samsung), sendo a gravação utilizada apenas em prol desta pesquisa ocorrendo seu descarte logo em seguida. Gostaríamos também de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou desistir a qualquer momento sem que isto cause qualquer carga ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, sendo tratadas com um total sigilo e confidencialidade, preservando assim sua identidade. Os benefícios esperados será um maior conhecimento por parte do tema para com o participante da pesquisa e indiretamente podendo trazer uma melhoria às aulas de Educação Física para com os alunos. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Campus Regional do Vale do Ivaí da UEM, cujo endereço consta neste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual conteúdo, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,.....  
 declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar  
 VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo  
 Prof.....(nome do pesquisador responsável).

\_\_\_\_\_ Data:.....  
 Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu,.....  
 declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa  
 supranominado.

\_\_\_\_\_ Data:.....  
 Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com os pesquisadores, conforme o endereço abaixo:

Nome: Profº Dr. Eduard Angelo Bendrath

Endereço: Praça Independência, nº 385 - Centro - CEP 86870-000 Ivaiporã – Pr  
(telefone/e-mail): (43) 3472-2139 eabendrath@uem.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida diretamente com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade ou no Campus Regional do Vale do Ivaí da UEM, nos endereços abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)

CRV/UEM

Campus Regional do Vale do Ivaí – Universidade Estadual de Maringá

Praça Independência, nº 385 - Centro

CEP 86870-000 Ivaiporã – Pr. Tel: (43) 3472-2139

**APÊNDICE C Autorização para os Departamentos de Educação das cidades de Jardim Alegre e Ivaiporã.**

**AUTORIZAÇÃO**

A Secretaria de Educação do município de \_\_\_\_\_ autoriza a aluna do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Eliane Aparecida Nogueira, RG \_\_\_\_\_, realizar uma pesquisa semiestruturada durante o ano letivo de 2015, para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso com o tema “A visão de gestores municipais sobre a importância dos professores de educação física na educação infantil” no município de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Assinatura